

Área social

Um programa de prioridades sociais, medidas de redução e moralização dos gastos do governo, medidas de justiça tributária; um programa de privatização e democratização do capital das empresas estatais e a unificação dos índices de correção monetária e salarial. Esse é o conteúdo do programa de mudanças anunciado pelo presidente José Sarney ontem, às 10 horas, no Palácio do Planalto. O objetivo do programa, cuidadosamente elaborado pelos ministérios da Fazenda e do Planejamento, ao longo do último mês, é claro e preciso: acelerar as transformações sociais, melhorar o processo de distribuição de renda no País; enfrentar o grave e delicado problema das finanças públicas e racionalizar a presença do Estado na sociedade brasileira.

A principal preocupação do programa de mudanças, anunciado pelo presidente Sarney, é direcionar a ação do governo definitivamente para a área social, na qual serão investidos nada menos do que Cr\$ 76 trilhões só em 1986. Com esses recursos e mais o excesso de arrecadação que for verificado no próximo ano o governo vai trabalhar nos sentidos da erradicação da pobreza no País, procurando não deixar uma criança ou adolescente qualquer sem acesso à alimentação, escola e proteção à saúde.

N a área de alimentação, os programas anunciados pelo presidente Sarney atingirão metas ambiciosas. São cinco programas ao todo. Na área de suplementação alimentar, 10 milhões de gestantes, nutrízes e crianças de até 4 anos de idade vão ser atendidas e para isso está prevista uma verba de Cr\$ 3 trilhões no ano que vem. O programa de merenda escolar atenderá 30 milhões de crianças em idade escolar, de 7 a 14 anos e também seus irmãos de 4 a 6 anos — as crianças receberão a merenda todos os dias úteis, inclusive nas férias e o custeio deste programa estará garantido, em 1986, por uma verba de Cr\$ 3,5 trilhões.

Outra vertente desta ação é o programa de alimentação popular que distribuirá alimentos mais baratos nas periferias das grandes cidades. Deverão ser beneficiadas por esse programa 10 milhões de pessoas.

Na área da alimentação à infância há dois programas de importância fundamental. 1,3 milhão de crianças serão atendidas por um programa de reforço alimentar destinado às creches. Finalmente, há o programa nacional do leite, que começará

a funcionar no próximo ano. Ele visa garantir que todas as crianças de até 7 anos, pertencentes a famílias cuja renda é de até dois salários mínimos, receberão, cada uma, um litro de leite por dia. Em 1986, 1,5 milhão de crianças serão beneficiadas pelo programa, a meta é atingir 10 milhões de crianças até 1989.

Ainda na área da alimentação, o programa de mudanças anunciado pelo presidente Sarney prevê a utilização de Cr\$ 22 trilhões no próximo ano no campo do abastecimento, que deverão ser aplicados na formação de estoques reguladores e subsídios nos preços.

Para cuidar da saúde dos brasileiros foi lançado, também, o programa de universalização de medicamentos. Trinta milhões de Brasileiros terão acesso gratuito a 40 tipos de medicamentos básicos. Ampliando este enfoque social, o governo também investirá nos campos da educação básica, habitação, saneamento e Justiça, setores que serão aqunhoados com Cr\$ 15 trilhões em 1986.

O programa anunciado pelo presidente Sarney também prevê a destinação de recursos para a reorganização agrícola; dentro deste projeto, o Nordeste terá um programa especial voltado para o apoio ao pequeno e médio produtor com a previsão de investimentos nas áreas de ensino, saúde e saneamento. A irrigação, instrumento fundamental à produção agrícola nordestina, será desenvolvida. O governo também não esqueceu dos aflitivos problemas que dificultam o dia a dia da vida dos milhões de habitantes das grandes metrópoles brasileiras: o transporte urbano de massas será beneficiado em 1986 com Cr\$ 3,3 trilhões.

Ao montar esse programa social, os técnicos do governo sabiam que tinham que gerar recursos para sustentá-lo. Para obtê-los, sem onerar ainda mais a sociedade, agravando injustiças, é necessário que o próprio governo reorientasse sua ação, visando distribuir melhor os recursos que arrecada. E essa é uma tarefa urgente. Como se reconhece no Palácio do Planalto, nas últimas décadas multiplicaram-se as distorções provocadas pela ação descontrolada do Estado. As empresas produtivas estatais invadiram áreas de domínio privado e subtraíram-se ao controle público. O Estado desperdiçou sua ação norma-

tiva com uma quantidade exagerada de regulamentações que sufocam o setor privado e se mostram ineficientes para a coordenação dos negócios públicos. Além disso, o custeio da máquina estatal foi inchado pelo empregulismo, com a multiplicação de órgãos para fazer a mesma coisa e por uma política de pessoal que criou privilégios e desigualdades.

Como resultado dessa má gestão da coisa pública, o governo sistematicamente foi buscar recursos de pessoas erradas, cobrando mais impostos das pessoas que podiam menos contribuir. Passou a gastar onde não devia com o aumento do desperdício nos negócios públicos. Deixou de gastar onde mais devia aplicar o dinheiro público: o setor social. E desequilibrou suas finanças, gastando mais do que arrecada, acumulando um volumoso déficit que elevou a inflação para mais de 200% pelo terceiro ano consecutivo.

Para inverter esse quadro distorcido e gerar recursos para as prioridades sociais o governo vai cortar seus desperdícios. Em 1986, por exemplo, deixará de existir, por completo, o déficit das empresas estatais, pois cortes duros, porém necessários, serão feitos e nenhum novo investimento será feito sem a autorização expressa do presidente da República. O orçamento das empresas estatais passará a ser controlado pela Secretaria de Orçamento e Finanças, que já controla o orçamento fiscal da União, o único orçamento da República que vem apresentando superávit.

A administração direta também sofrerá forte redução de despesas. Tanto na administração direta como na indireta haverá severas restrições ao uso de carros oficiais. Apenas ministros, secretários-gerais de ministérios, o procurador-geral da República, o consultor-geral da República e os presidentes de estatais terão carros de representação.

Economizar, como dizem os técnicos do governo, não é a única solução para a geração de novos recursos. O governo também resolveu mexer na área de arrecadação de tributos. Em princípio, sempre que o governo se aventura por esse caminho provoca imediatas reações negativas. Desta vez, porém, o caminho escolhido foi inovador. O governo vai aumentar a sua arrecadação, mas com justiça social, isto é, também vai reduzir o recolhimento de

impostos da grande maioria da população brasileira. Aumentará, por outro lado, a carga fiscal sobre as grandes empresas e as pessoas beneficiadas com o rendimento das aplicações financeiras. Ou seja, o Imposto de Renda passará a ser um instrumento de justiça tributária. Exemplos: o cidadão solteiro que ganha até cinco salários mínimos não vai pagar Imposto de Renda na fonte em 1986. O cidadão que tenha até três dependentes e ganha até sete salários mínimos continuará isento. E todos os assalariados que ganham até cem salários mínimos vão recolher menos Imposto de Renda na fonte.

Ao lado dessa redistribuição da arrecadação, haverá um aprimoramento da legislação para evitar que os rendimentos e ganhos de capital escapem das malhas do Fisco. Dessa maneira, os ganhos financeiros passam a pagar Imposto de Renda de 40% exclusivamente na fonte, sem direito a compensações na declaração de renda. Passará, também, a ser cobrado o Imposto sobre Operações Financeiras nas aplicações do open market e nas operações em termo na Bolsa de Valores.

Uma medida de fundamental importância, que há muito tempo se fazia necessária, é o tratamento igual para as correções monetária e salarial. Durante muito tempo os salários vinham sendo prejudicados por serem corrigidos por um índice que ficava abaixo do índice utilizado para corrigir os valores dos ativos financeiros. Agora, um grande passo é dado para neutralizar esse efeito danoso, que prejudicava os salários em relação a outros rendimentos. Já a partir do início do próximo mês a correção monetária passa a ser feita com base no índice de preços ao consumidor ampliado, calculado pela Fundação IBGE, que é o resultado da ampliação do INPC que vinha corrigindo os salários há seis anos.

Finalmente, um programa muito importante, anunciado pelo presidente José Sarney, é o de privatização das empresas estatais. Doravante, além das contensões já descritas, o Estado concentrará seus esforços, além das áreas sociais prioritárias, nos setores de petróleo, energia, aço, transporte e telecomunicações, absolutamente indispensáveis ao avanço da livre iniciativa. Esse programa contempla, também, a democratização do capital das empresas estatais, permitindo que grande número de cidadãos se tornem acionistas dessas empresas.